

Da luta para os direitos das minorias ao sócio-ambientalismo

Trajétoria da maior ONG brasileira do gênero, o Instituto socioambiental

Entrevista com Carlos Alberto Ricardo*

A originalidade do Isa (Instituto socioambiental) é de ser uma fusão de ONG de cunho social e ambiental, ocorrida no período pós Eco-92. De um lado, suas raízes se confundem com a efervescência semi clandestina da época do regime autoritário, com um enfoque de assistência às populações indígenas, e do outro lado, incorporou o movimento ambientalista mais recente, que recebeu um forte impulso graças à Conferência. Realizou a síntese dessas duas abordagens de maneira interna, com aparente sucesso. Com base na sua reconhecida experiência, o Isa foi chamado a coordenar um amplo estudo sobre a conservação e utilização da biodiversidade na Amazônia¹, encomendado pelo ministério do Meio ambiente, no qual participaram duzentos pesquisadores, quatro ONGs de grande porte, sendo três nas quais o componente pesquisa científica é fundamental (Imazon – Instituto do homem e meio ambiente da Amazônia ; Ipam – Instituto de pesquisa ambiental da Amazônia ; ISPN – Instituto sociedade população e natureza) e uma internacional (Conservation International), bem como uma instituição representativa (GTA – Grupo de

* O antropólogo Carlos Alberto Ricardo dedica-se à questão indígena desde 1969 como pesquisador, editor, fotógrafo e ativista. Ele foi o idealizador do projeto « Povos Indígenas no Brasil », um sistema acumulativo de informações sobre a situação atual dos índios no Brasil, desenvolvido inicialmente no Cedi (1974-1994) e, desde 1994, no ISA-Instituto Socioambiental (<<http://www.socioambiental.org/>>), do qual é sócio fundador e onde atualmente coordena o Programa Rio Negro, com sede em São Gabriel da Cachoeira (AM). Foi membro da Coordenação nacional « Povos Indígenas na Constituinte » (1986-1988), sócio fundador das ONGs Núcleo de direitos indígenas (1989-1994), da Comissão Pró-Yanomami (<<http://www.uol.com.br/yanomami/index.fl.htm>>) e de Vídeo nas Aldeias (<http://www.videosaldeias.org.br/abertura/index.html>) e é ganhador do Prêmio Ambientalista Goldman (1992), pela América do Sul e Caribe.

1. Projeto « Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia brasileira ». Este projeto foi promovido pelo Programa nacional de Diversidade biológica (Pronabio) no intuito de atender as exigências da Convenção sobre Diversidade biológica assinada na Conferência do Rio de Janeiro (UNCED) em 1992 e subsidiar a elaboração da Estratégia nacional de biodiversidade.

trabalho amazônico). Acrescenta-se a contribuição de várias instituições governamentais, o apoio do Banco mundial, da Comissão europeia e de ONGs internacionais tais como ICCO (Interchurch Organization for Development Cooperation), WWF (World Wildlife Fund), etc. O trabalho foi concluído no final do ano 2001 e é conhecido como um exemplo emblemático de cooperação entre o setor público e o setor não governamental.

Philippe Léna – Poderia, de maneira sintética, retratar a história da criação do antecessor do Isa, isto é o Cedi (Centro ecumênico de documentação e informação)? Naquela época (início dos anos setenta) a influência da Igreja católica na assessoria aos movimentos sociais era fundamental. Qual era a relação do Cedi com a Igreja, e como surgiu a idéia da sua criação? Quais foram as relações com o Cimi (Conselho indígena missionário)?

Carlos Alberto Ricardo – Na verdade o Isa (1994) não foi apenas um sucedâneo do Cedi, mas resultou de um « processo de fusão, ampliado ». Reuniu, sob uma nova ótica, uma parte do Cedi (1974-94), o Programa « Povos indígenas no Brasil », mais uma outra ONG chamada Núcleo de direitos indígenas (1989-1994) e pessoas do movimento ambientalista. De qualquer modo vale recuperar um pouco da história do Cedi, uma associação sem fins lucrativos pioneira e dissonante do ciclo de novos atores emergentes na cena pública brasileira em tempos de ditadura militar. A fundação do Cedi, em 1974, como uma associação civil sem fins lucrativos, veio dar forma institucional a um movimento de resistência democrática, que fazia circular análises e informações censuradas e protegia pessoas perseguidas, desde 1964. Nesse tempo sombrio, o ambiente mais propício e relativamente seguro para o exercício dessa resistência foi o espaço pastoral da Igreja católica romana, instituição nacional, capilar, que estendeu seu manto protetor sobre praticamente toda a sociedade civil. Havia um forte movimento de resistência e mobilização nas chamadas comunidades eclesiais de base e nas pastorais especializadas por categoriais sociais, como a pastoral operária, da terra, indigenista, da criança, etc. A turma do Cedi, prestou muita assessoria nesse espaço de intersecção entre as pastorais e os movimentos sociais específicos. Viajávamos bastante por todo o país. Fazíamos algumas pesquisas rápidas para embasar planos de mobilização social a nível local, dávamos palestras, organizávamos dossiês de documentos e publicações temáticas e, sobretudo, participávamos de muitas reuniões, assembleias e cursos com gente de base, padres, freiras e agentes de pastoral, gente que circulava nesse espaço de pregação democrática, muitos dos quais, aos poucos, acabaram saindo para liderar movimentos sociais, organizações populares, sindicatos e até ingressar na vida político partidária.

Do nosso ponto de vista, esse processo tinha uma contradição básica : a realização dos objetivos gerais que nos uniam nessa « caminhada » se dava necessariamente por exclusão. Os setores da Igreja católica aos quais prestávamos assessoria ao mesmo tempo que mobilizavam e estimulavam a participação, formavam quadros e lideranças, colocavam limites intransponíveis ao exercício interno da pregação democrática. Em outras palavras, como o tempo veio a demonstrar com a re-romanização anos depois : a eficácia do espaço eclesial deste período não corresponderam mudanças significativas das estruturas eclesiais católicas.

Muitas pessoas achavam que o Cedi era um órgão de Igrejas,

subordinado a estruturas eclesiais, como tantas outras organizações ditas ecumênicas. Mas o Cedi era uma organização autônoma, no sentido de que seu órgão máximo de decisão era uma assembléia de sócios, onde meu voto de jovem antropólogo de origem católica valia a mesma coisa do que o voto de um bispo metodista para definir as prioridades e eleger a diretoria. O Cedi prestava serviços a igrejas e movimentos e organizações populares. Mas cultivávamos internamente o paradoxo de manter com esses atores relações orgânicas não subordinadas.

Especificamente com o Cimi, as relações do Cedi se tornaram mais estreitas a partir de meados dos anos 1970, quando D. Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás Velho, da chamada ala progressista do episcopado, foi eleito presidente. A turma do Cedi tinha relações antigas de cooperação com D. Tomás e, com isso, ocupou um espaço relativamente importante nessa questão.

Philippe Léna – O Cedi era unicamente dedicado às populações indígenas ?

Carlos Alberto Ricardo – Não, o Cedi se meteu em várias questões sociais específicas. Aos poucos foi se profissionalizando e criando programas e equipes especializadas em questões pastorais, operárias, camponesas e indígenas. Vista de dentro era uma instituição com muitas faces. De fora, muitos contrapartes reconheciam apenas uma delas, razão pela qual a sigla Cedi se prestou a várias interpretações como, por exemplo, « educacional », « econômico », « indígena » e, quase no fim, até de « environmental » !

Philippe Léna – Qual era a origem dos primeiros integrantes (Igreja, sindicatos, militância política, acadêmicos...) sua formação ? E qual era o projeto inicial do Cedi ? Quantos membros e colaboradores contava ?

Carlos Alberto Ricardo – O Cedi foi fundado em 1974, no Rio de Janeiro, por um grupo de amigos-cristãos-ativistas, sobretudo protestantes, que começou a se reunir em 1964, o ano do golpe militar, para ler poesia. Um rito contra a solidão. Aos poucos foi reunindo mais gente de classe média urbana, estudantes e professores universitários, com alguma experiência em educação popular, crenças dos direitos humanos, da resistência democrática e do fortalecimento da sociedade civil como base para um Brasil mais justo. O trabalho era integralmente voluntário. A turma básica, mais assídua, era formada por cerca de trinta pessoas. Mas haviam muitos colaboradores. Em meados dos anos 1980, por exemplo, somente a rede de colaboradores do programa « Povos indígenas no Brasil » chegou a ter mais de mil colaboradores, gente de todo o país e do exterior, com as mais diferentes vinculações institucionais, que voluntariamente enviava ao Cedi informações qualificadas e atualizadas sobre a situação dos índios no Brasil.

Philippe Léna – Qual foi sua própria trajetória ?

Carlos Alberto Ricardo – Em 1969 fui « recrutado », pela minha « sensibilidade para o social », como diziam – atestada pela experiência que tivera num programa de alfabetização de adultos. Eu estava iniciando meu curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo. Faço parte de uma geração universitária de auto-didatas, pois uma boa parte dos melhores professores estava cassada e exilada do país.

Atendendo a solicitações, comecei a viajar, também pela América latina, driblando o medo e a censura, carregando informações qualificadas, análises de conjuntura e metodologias para a elaboração de diagnósticos de realidades locais que resultassem em ações de apoio a lutas sociais concretas :

qualquer forma de mobilização e organização populares, participativas e reivindicatórias, valia a pena. Quanto mais autônomas e permanentes tais organizações, tanto melhor, porque seriam as bases para uma nova arquitetura de democracia no Brasil.

A esse movimento semi-clandestino sucedeu a instituição. A decisão de juntar uma cara ao medo deu origem ao Cedi, em 1974. A esta altura eu já estava formado, com bolsa de pesquisa e lecionando no curso secundário de uma escola católica de elite em São Paulo. Dividia o trabalho voluntário no Cedi com outros professores e estudantes universitários. Aliás, todo o trabalho permanecia ainda voluntário.

Em 1977, inauguramos o escritório do Cedi em São Paulo, ao abrigo das mesmas irmãs de Sion do Rio, que nos emprestaram inclusive mesas e cadeiras para receber nossos primeiros visitantes convidados: o cardeal Arns e o professor cassado Fernando Henrique Cardoso...

Em 1978 eu já estava dando aulas de antropologia na Unicamp (Universidade de Campinas – Estado de São Paulo) e havia formulado e apresentado às fontes de financiamento o projeto denominado « Levantamento da Situação atual das populações indígenas no Brasil ». Quando conseguimos a aprovação de uma parte dos recursos solicitados, eu abandonei a carreira acadêmica para me dedicar integral e profissionalmente a este trabalho.

Philippe Léna – Quais foram as parcerias iniciais? as parcerias estrangeiras? foram redes confessionais ou também seculares?

Carlos Alberto Ricardo – Nessa época era difícil de se conseguir apoio financeiro dentro do Brasil para um levantamento sobre a situação dos índios. O país vivia outro momento, nada parecido com aquele dos anos 50, que propiciou, por exemplo, ao prof. Darcy Ribeiro, então diretor de estudos e pesquisas da agência governamental chamada SPI (Serviço de proteção aos índios), fazer um levantamento similar, posteriormente publicado no livro « Os índios e a civilização ».

Razão pela qual, recorreremos à fontes internacionais, ligadas ao ecumenismo, como a agência alemã Pão Para o Mundo e a agência holandesa ICCO.

Philippe Léna – De que forma começaram a trabalhar com os índios? com que intermediação? com que populações?

Carlos Alberto Ricardo – No Cedi a gente trabalhava com as pessoas que trabalhavam com os índios: missionários, antropólogos, linguistas, fotógrafos, profissionais da área de saúde, etc. Era uma central de informações. Claro que cada um de nós da pequena equipe do Cedi tinha lá seu histórico de relações diretas com algumas sociedades indígenas específicas. Eu, por exemplo, havia visitado os Karajá, os Gavião Parkatejê e os Aikewara em 1970, antes da Transamazônica passar.

Philippe Léna – Durante a existência do Cedi, houve mudanças nos objetivos, na maneira de trabalhar? Houve crescimento da instituição, aumento do número de colaboradores, de parcerias?

Carlos Alberto Ricardo – As coisas foram mudando, dentro dos mesmos objetivos amplos. O trabalho foi aos poucos ficando, digamos, semi-profissionalizado. A maioria das pessoas não queria arriscar abandonar uma carreira acadêmica em universidades públicas, para ficar exclusivamente pendurado numa instituição insegura, que praticamente a cada ano tinha que apresentar resultados e convencer os financiadores a renovar o apoio.

Philippe Léna – A criação do Isa tem a ver com a integração da dimensão ambiental às preocupações anteriores do Cedi ?

Carlos Alberto Ricardo – Tem a ver, mas acho que imaginamos decolar de um patamar conceitual mais orgânico, onde a questão ambiental não fosse tratada apenas como uma, mas como « a » dimensão. A própria palavra socioambiental escolhida para compor o nome do ISA, na época não era utilizada no Brasil. Hoje está disseminada. E se trata de uma palavra só, sem hífen !

Philippe Léna – Atualmente o Isa conta com quantos funcionários remunerados pela instituição ? e como estão organizados ?

Carlos Alberto Ricardo – O Isa conta com cerca de cento e vinte funcionários, três escritórios (São Paulo, Brasília, e S. Gabriel da Cachoeira, no alto Rio Negro). É uma instituição com um quadro de ativistas-profissionais com várias especializações e com uma ação verticalizada, que vai desde intervenções locais e regionais, até nacionais e internacionais. Nesse sentido é muito diferente do antigo Cedi e mesmo do NDI (Núcleo de direitos indígenas), que eram instituições intermediárias, controladas por cientistas sociais. Além do mais, o Isa é membro da Abong (Associação brasileira de ONGs).

Philippe Léna – Quais são os tipos de trabalhos realizados pelo Isa ? Como está organizado e planejado o trabalho dentro da instituição ?

Carlos Alberto Ricardo – O Isa tem uma organização interna matricial, relacionando Programas e Projetos com Serviços e Atividades Permanentes. Não somos uma federação de projetos. Temos um plano estratégico, traduzido periodicamente em planos trienais e planejamentos anuais. Mantemos intervenções em algumas regiões definidas, como no Vale do Ribeira (SP), no Parque indígena do Xingú (MT) e no Rio Negro (AM), mas temos o radar funcionando seletivamente para algumas questões que acompanhamos e intervimos a nível nacional e internacional. Fazemos documentação, informação, análises, debates, pesquisas dirigidas, geoprocessamento, desenvolvemos projetos aplicados em parceria com populações locais para demarcar áreas de uso comum, encontrar alternativas econômicas sustentáveis e muitas vezes recorrendo aos tribunais para fazer respeitar seus direitos coletivos. Movemos campanhas públicas, temos a preocupação permanente de falar com a sociedade brasileira. Mas a turma do Isa fica feliz mesmo quando a gente consegue combinar todas essas modalidades de intervenção para resolver uma parada concreta. São as chamadas ações globais do ISA. Quando acontecem e chegam a bom termo, terminam em festa. Cito apenas um exemplo que é referência para o Isa : a retomada de parte do território tradicional pelos índios Panará, os célebres Krenhakarore, mal chamados « gigantes » na década de 1970, quando « atrapalhavam » a abertura da rodovia Cuiabá-Santarém, no coração da Amazônia brasileira. Quando decidimos apoiar a obsessão dos Panará, uma tribo que chegou a ser considerada extinta, em retomar suas terras, tudo parecia muito difícil. Foram anos de trabalho, combinando estrategicamente várias modalidades de intervenção, desde o apoio direto para que eles pudessem visitar o território tradicional do qual haviam sido transferidos, até a abertura de novas roças, o trabalho de divulgação na mídia nacional e as ações judiciais inéditas contra o Estado brasileiro. Foi muito bom

comemorar com os próprios Panará essa grande vitória, seja na aldeia ou num evento público que organizamos em São Paulo.

Philippe Léna – No seu trabalho junto às populações indígenas, como você consegue separar o militantismo para a causa indígena da assessoria às organizações indígenas? Isto é, preservar a autonomia dessas associações e a sua?

Carlos Alberto Ricardo – Houve tempo que essa separação era invisível, porque o protagonismo indígena não estava posto de forma permanente na cena política nacional, ou apenas esporadicamente. Hoje é muito mais fácil, porque afinal afastamos o fantasma do desaparecimento progressivo dessas sociedades, embora algumas ainda estejam ameaçadas de extinção. Atualmente os índios gozam de um reconhecimento básico na sociedade brasileira, participam diretamente de várias instâncias. Além do mais, o Isa se verticalizou e estabeleceu parcerias com sociedades indígenas específicas. « Índio » no Isa não é genérico, nem apenas simbólico.

A *causa indígena* é coisa de índio, além de ser irredutivelmente diversa por natureza. Parece redundância dizer isso, mas não é! Se é que existe « uma causa indígena », seus protagonistas são pessoas e organizações indígenas que lutam por direitos coletivos específicos nas arenas da política local, regional, nacional e internacional. Mas como cada povo é um povo, há também várias causas indígenas em curso hoje no Brasil.

Fora disso existe o que se poderia chamar de uma *causa indigenista* no Brasil, sempre e quando setores da sociedade nacional se organizaram, sob um conjunto de princípios e procedimentos, para se relacionar com os índios. São os casos das missões religiosas e das agências governamentais, por exemplo. O Estado brasileiro teve o SPI (Serviço de proteção aos índios), que celebrou o Marechal Rondon e os irmãos Vilas Boas, e agora tem a FUNAI (Fundação nacional do índio). A Conferência nacional dos bispos do Brasil (CNBB), da Igreja católica, desde o início da década de 1970 tem uma pastoral e um conselho indigenista. A partir dos anos 1970 surgiram várias associações civis de apoio aos índios em todo o país.

Nos últimos 30 anos, outros segmentos da sociedade civil organizada no Brasil se aproximaram e se apropriaram de alguma forma desta questão, quebrando o monopólio do Estado e das velhas missões religiosas, questionando suas doutrinas civilizatórias. Esses abalos sísmicos contribuíram para que a causa propriamente indígena emergisse na cena pública. A partir daí é preciso estar atento para distinguir o que é *indígena* do que é *indigenista*, porque a causa indígena ou as causas indígenas, pelo perfil dos seus protagonistas no Brasil, se prestam a intermediações e portavozismos, nem sempre apoiados em relações claras de parcerias, nem propiciadoras da expressão dos interesses propriamente indígenas.

Philippe Léna – Como você avalia globalmente a ação das ONGs indigenistas no Brasil, em relação às causas indígenas?

Carlos Alberto Ricardo – Acho que o papel das ONGs indigenistas nos últimos 30 anos no Brasil foi imensamente positivo. Elas vicejaram num período em que o Estado sob ditadura trabalhou contra os índios e essas ONGs promoveram ações que ligaram a causa indígena à causa democrática. Me parece essencial reconhecer que, em muitos casos de sucesso, houve uma simbiose entre povos indígenas e parceiros indigenistas. Um exemplo clássico é a situação do Estado do Acre. Em 1975 o governo federal não reconhecia índios lá. Hoje há mais de vinte terras indígenas demarcadas

e o « componente indígena » faz parte do portfolio do atual governo estadual, que está interessado em promover a « florestania ».

Essa situação mudou porque pessoas de ONGs – muitas vezes apoiadas por indigenistas do próprio governo – promoveram ações que romperam com os elos de escravização por dívida aos quais os índios mimetizados de caboclos estavam submetidos, nos grotões de seringais decadentes. Com isso, muitas populações alçaram suas frentes e saíram em busca dos seus direitos coletivos !

Sobre as ONGs que trabalham com índios pesam enormes preconceitos e acusações genéricas de setores retrógrados de oligarquias regionais. Isso é conversa que mal esconde interesses corporativistas e, sobretudo, uma visão autoritária sobre a quem cabe definir e garantir o interesse e a soberania nacional.

Philippe Léna – Tanto entre as populações indígenas como entre outras populações rurais (quilômbolas, ribeirinhos, pequenos produtores familiares...) e urbanas, existe uma demanda crescente de projetos « econômicos ». Como o Isa se adapta a essa nova demanda ? procura novas parcerias ? inclusive o setor privado ?

Carlos Alberto Ricardo – Temos encarado essas demandas alterando nosso perfil interno de competência técnica, implantando projetos-piloto e arcando com tudo o que isso implica de novos atores, novas parcerias e pré-investimentos. As demandas das populações com as quais trabalhamos pelas chamadas « alternativas econômicas » são imperativos.

Philippe Léna – As ONGs dependem sobremaneira de circuitos de financiamento internacionais. Quais são as fontes de financiamento do Isa ? ONGs de outros países, igrejas, dinheiro público da cooperação internacional ? etc.

Carlos Alberto Ricardo – O Isa ainda depende 80 % de fundos internacionais, sobretudo intermediados por ongs de países do chamado primeiro mundo, com as quais temos relações de parceria. Mas o Isa tem planos para aumentar significativamente as contribuições nacionais de pessoas físicas que se associem ao Isa, além de envidar esforços para ampliar e democratizar o acesso a fundos públicos no Brasil. Isso tem enorme importância financeira, mas sobretudo política. Afinal, o Brasil é uma das maiores economias do mundo. Precisa contribuir mais com trabalhos como o do ISA.

Philippe Léna – Existe uma tendência, dentro das ONGs, em recorrer cada vez mais ao dinheiro público nacional, através de contratos e parcerias com o Estado federal, Estados federados e até com prefeituras. Um desafio permanente das ONGs é justamente o de manter um difícil equilíbrio entre diferentes polos (poder público, financiadores, partidos políticos, populações alvo, academia...) para garantir sua autonomia ; como você vê essa evolução ?

Carlos Alberto Ricardo – Antes de mais nada, o problema é que o termo ONG hoje em dia quer dizer tudo e nada. Tem até especialista propondo que não se use mais essa expressão, porque ela encobre coisas muito diferentes. Houve tempo que se tratava de marcar a diferença com relação às políticas públicas dos estados nacionais. Mas agora já vai longe a redefinição entre estas partes. A presença de organizações privadas, não-lucrativas e com missões públicas específicas é um fenômeno planetário. Há que se observar os mitos de origem, missão, composição social, estruturas internas de poder, além das fontes de recursos. De fato há ONGs que se transforma-

ram em barriga de aluguel de projetos para-governamentais. Mas há dessas organizações que nascem e vivem para-governamentais, outras, ex-governamentais. Existem ONGs de caixa postal, ONGs de site na internet, ONGs de secretária. O Isa, como tantas outras, nasceu referido a um conjunto de lutas sociais por direitos coletivos no Brasil. Tem uma vida institucional intensa e uma embocadura genuinamente relacionada com a sociedade civil, o que tem permitido manter o rumo, apesar das tormentas nas relações com as políticas públicas governamentais. E autonomia você garante mantendo a capacidade de definir prioridades em função da sua missão estratégica. Para isso é preciso ter um programa próprio de ação, instâncias de decisão atuantes e uma carteira diversificada de fontes de financiamento.

Philippe Léna – O governo criou uma figura jurídica (OSCIP: Organizações da sociedade civil de interesse público) destinada a habilitar certas associações/ONGs para receber dinheiro público e realizar, sob fiscalização pública, tarefas de interesse público. O Isa pretende se candidatar para obter esse « label » ?

Carlos Alberto Ricardo – O Isa já foi reconhecido pelo governo federal como uma OSCIP. Ainda não utilizamos essa prerrogativa, mas já estamos credenciados.

Philippe Léna – Existe uma crítica frequentemente dirigida às ONGs (em particular na França) que questiona sua representatividade e legitimidade. Outra que afirma que, muitas vezes, ocupam um espaço que deveria ser o dos poderes públicos. O que você acha dessas críticas ?

Carlos Alberto Ricardo – Isso é bobagem, no mínimo são argumentos que mal escondem descontentamentos corporativos. O mundo girou, houve uma redefinição do que seja público, a sociedade se organiza em redes, a mídia globalizada cria novos percursos, legitimidade e representatividade não resultam aritmeticamente do número de membros, nem de estruturas institucionais cartorialmente consolidadas. Eu tenho certeza de que se os poderes públicos fizerem aquilo que se espera deles, ainda assim o associativismo civil de boa cepa permanecerá, como forma de controle social e como fonte de inovações. Essas instituições tem espaços próprios, permanentes. Agora, as para e ex-governamentais desaparecerão, ainda bem !

Philippe Léna – A história das ONGs é muito específica no Brasil, tendo criado suas raízes na época do regime autoritário, nos movimentos de resistência, associando-se depois estreitamente com as dinâmicas de emancipação social e política. Acrescenta-se a desconfiança em relação ao Estado, que nunca chegou a representar para os setores sociais dominados um interlocutor que garanta valores republicanos e democráticos. Porém, as coisas estão pouco a pouco mudando e existe uma « demanda de Estado » cada vez mais exigente da parte da sociedade. O papel das ONGs seria então modificado ? elas estão se adaptando a essa nova configuração ?

Carlos Alberto Ricardo – Acho que se o Brasil governamental funcionasse, no sentido de responder adequadamente às demandas de Estado, baixando a corrupção e o clientelismo e aumentando a eficácia, seria muito bom para as ONGs. Haveria um ambiente sinérgico mais favorável à multiplicação de soluções que as ONGs inventam e constroem. Muito do que as ONGs fazem são ações demonstrativas, nas quais uma das premissas de replicabilidade passa pela ação de uma contraparte governamental.

Philippe Léna – Qual é sua visão da futura evolução do Isa em

particular, e do chamado terceiro setor em geral, no Brasil (e eventualmente no mundo) ?

Carlos Alberto Ricardo – A missão do Isa é duradoura, mas a sua institucionalidade precisa se consolidar nos próximos dez anos, ampliando sua membresia e garantindo fontes sustentáveis de recursos institucionais básicos. Isso não é fácil, porque o campo no qual o Isa atua se modificou rapidamente nos últimos dez anos. Depois da Rio92 o Brasil entrou na rota de prioridades do ambientalismo dos países centrais e todas as grandes ONGs internacionais abriram sucursais no Brasil, trazendo e disputando novos recursos, mudando a configuração e a escala do jogo. Sem falar nas raízes e estratégias de boa parte desse ambientalismo neocolonial de elite, conservacionista e privatista. Nesse período recente também cresceu enormemente uma nova filantropia de elite no Brasil, derivada da chamada responsabilidade social das empresas. Mas o fato é que toda essa « evolução » não foi capaz de melhorar a performance da conta à qual se destina. Às vezes, a impressão que eu tenho é que estamos apenas adiando o fim do mundo, como diria um antropólogo amigo meu.
